

Visão do Brasil

CLIVE PULLEN FREIRE

A visão de um Brasil futuro que assegure riquezas e trabalho para o seu povo impõe que nos tornemos, como Nação, capazes de competir num mundo onde a concorrência exigirá eficiência e eficácia de sua capacidade produtiva, ao menos no nível dos melhores países concorrentes. A alternativa é nos mantermos no nível relativo em que nos encontramos, nem pobres nem ricos, apenas comparativamente remediados, com uma população dependente de um mercado de oferta de emprego sempre limitado, de um lado carregando um pequeno grupo de pessoas sempre mais ricas, e de outro uma população de classe média que aumenta e empobrece mais a cada momento e uma massa populacional crescente muito pobre ou, até mesmo, miserável.

A visão de um Brasil melhor passa, necessariamente, pelo acréscimo de investimentos com tecnologia moderna, que vai permitir ao país concorrer em todas as esferas de mercado em igualdade de condições com os outros países. Esse acréscimo de investimentos modernos e avançados será gerador de outras atividades econômicas que multiplicarão os ganhos do povo e dos governos, respectivamente tanto pela geração de empregos e oportunidade de pequenos negócios, quanto pelo acréscimo de receitas governamentais resultantes dessa atividade econômica adicional, que dará aos governos a possibilidade de investir mais em defesa, segurança, educação e saúde — as razões básicas da existência do Estado.

Atualmente, tecnologias e investimentos modernos caminham juntos — um sem o outro inexistente; e caminhando juntos buscam comunidades que os recebam bem, com simpatia, com segurança para o capital a investir, assegurando um retorno adequado para o investimento. Esses três elementos são indispensáveis para a atração do capital para investimentos, seja nacional, seja estrangeiro.

O capital nacional é, em geral, de menor porte e exige retornos rápidos porque, em sua maior parte, atende aos desejos de um ou de poucos donos; sua segurança e simpatia são garantidas, respectivamente, pela legislação e por uma ilusão de orgulho nacional.

Já o capital estrangeiro precisa ter assegurados os seus direitos: de não ser tomado, seja por que meio for, pelo país hospedeiro; e de poder ter um retorno adequado e capaz de ser remetido aos acionistas em níveis internacionais aceitáveis. Isto só se consegue com legislação adequada que assegure esses direitos.

Quanto à simpatia, apesar de grandes progressos em nível mundial e mesmo no Brasil, é sempre mais difícil a aceitação de capital externo, porque a emoção tende a exercer domínio sobre a razão, ou seja, os enormes benefícios de entrada de capital também são vistos internamente sob a ótica da desconfiança: há uma tendência de esquecermos que, na realidade, o país mais fraco do mundo é mais forte do que a empresa mais poderosa do mundo, porque tem o poder de legislar e fazer cumprir a lei.

O Brasil está hoje vivendo esse dilema:

- Ou abrimos o país adequadamente para a entrada de capital de investimento em todas as frentes da economia, garantindo a segurança e a isonomia de tratamento aos acionistas externos, e com isto garantimos a realização da visão atual de um futuro promissor, gerador de riquezas e oportunidades a todos os brasileiros, pela modernização e adequação de nossa economia aos níveis do mundo moderno;

- ou vamos continuar navegando em nossa mesmice, abrindo apenas um pouco a economia aqui e ali, para reduzir a velocidade do nosso gradativo empobrecimento relativamente aos outros países, com a conseqüente redução à pobreza ou miséria de um número crescente de brasileiros, de vez que somente uma minoria consiga alcançar o sonho da realização pessoal.

Cabe hoje ao Poder Legislativo acelerar as reformas que há dois anos vêm se arrastando, com impulsos

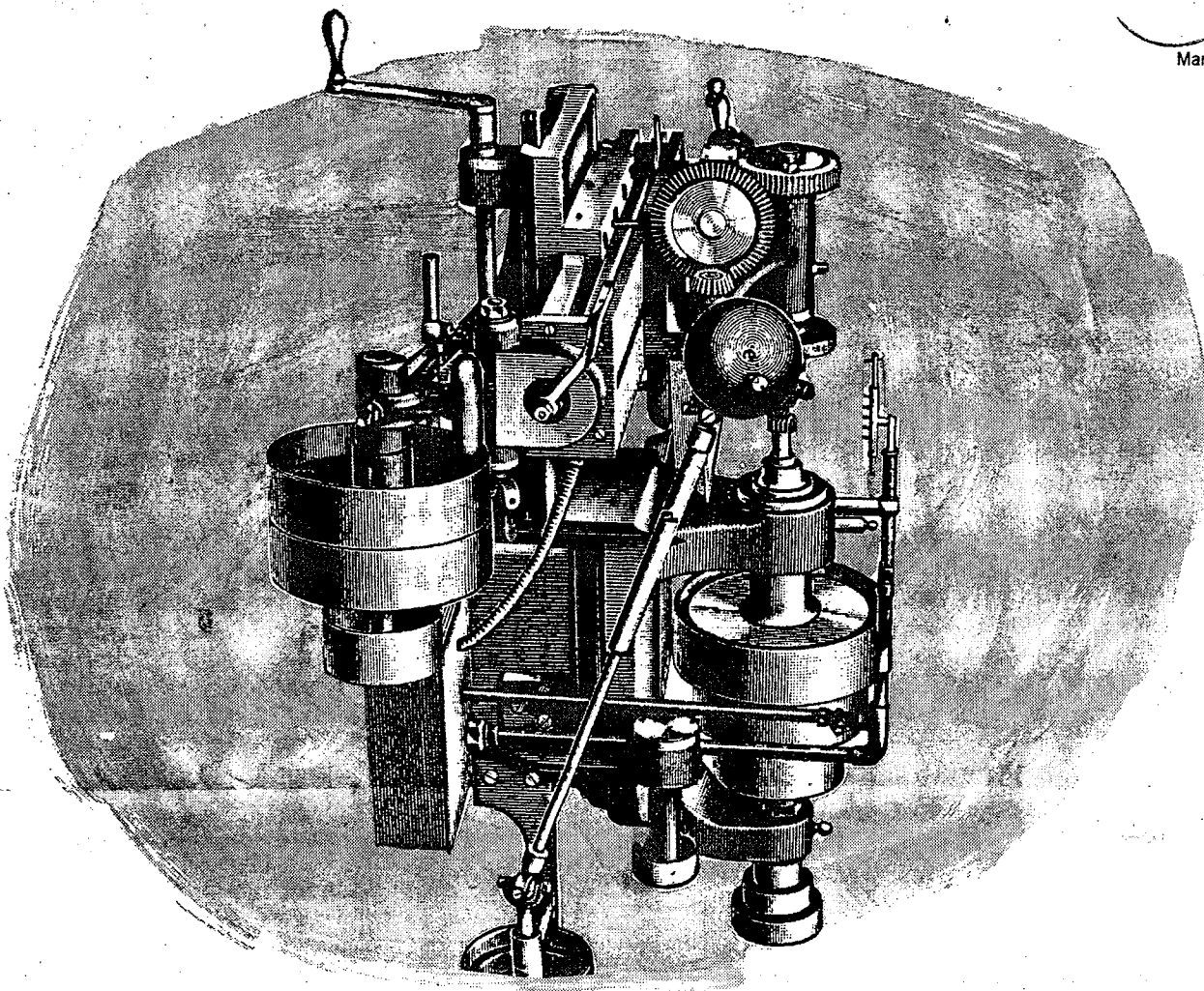
periódicos como ocorreu no ano passado; e ao Poder Executivo, acelerar as proposições eficazes de regulamentação das reformas constitucionais já realizadas e que, até agora, pouco saíram dos seus gabinetes ou foram propostas de forma tímida, não assegurando o objetivo das reformas.

O Plano Real tem seus limites de capacidade de absorção de choques eventuais e das pressões exercidas para que ocorra liberação de juros e de câmbio (suas âncoras); sua capacidade de resistência não é indefinida e sem as reformas não há garantia de vida eterna para o plano, que serve de base de lançamento para o desenvolvimento econômico e social do país. E a sua morte representaria uma calamidade econômica, com repercussões terríveis nas áreas política e social, porque já não existem mais as proteções dadas pela indexação da economia, cuja eliminação foi indispensável para a redução do processo inflacionário.

Em conclusão, o risco inflacionário pode voltar a ameaçar e deve ser reduzido pela rapidez na consecução das reformas constitucionais e na sua regulamentação, que por sua vez deve ser adequada e estimular o investimento interno e externo tecnologicamente moderno, eficaz, eficiente e indispensável, se quisermos ver realizada a visão do Brasil grande, justo e bom para o seu povo.

CLIVE PULLEN FREIRE é empresário e consultor de empresas internacionais.

...tecnologias e investimentos modernos caminham juntos



Marcelo

